

Meios de comunicação de massa: o papel legal na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente e o seu compromisso com os interesses do capitalismo

Mass communication media: the legal role in the dissemination of information and educational practices about the environment and its commitment to the interests of capitalism

Antônio Cabral Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Francisco Dutra de Macedo Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Trabalhos sobre a educação ambiental vêm ganhando espaço no meio científico na medida em que aumentam as preocupações com as questões relacionadas à degradação ambiental. No Brasil, vem sendo observada uma incorporação de temáticas relacionadas com a necessidade de manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo a educação, enquanto ato político, papel importante no processo de desenvolvimento do pensamento crítico e emancipatório, possibilitando que os atores sociais internalizem em suas estruturas cognitivas conhecimentos que os habilitem a perceber as reais razões da crise socioambiental. Aos meios de comunicação de massa foi atribuído o mister legal de colaboração ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente. Assim, é preocupação de suma importância no meio acadêmico-científico compreender de que maneira a conformidade de alguns meios de comunicação de massa aos interesses do capital pode comprometer os propósitos de uma educação ambiental que tem por escopo o desenvolvimento do pensamento crítico e emancipatório, uma vez que os veículos de comunicação não são ideologicamente neutros.

Palavras-chave: Educação ambiental. Meios de comunicação de massa. Capitalismo. Cidadania.

Abstract

Works on environmental education have become relevant in the scientific area to the growing concern about questions related to environmental degradation. Brazil has observed the incorporation of the thematic about the necessity to keep the environment ecologically balanced, having the education, as a politic action, important role on the creation process of a critic and emancipating conscience, allowing the social actors to internalize in their cognitive structures knowledge that will enable them to observe the true reasons of social-environmental crisis. An active and permanent collaboration in disseminate educational practices about the environment was an obligation legally attributed to the mass communication media. Thus, one of the important preoccupations inside the academic and scientific areas concerns in to comprehend how the conformation of some mass communication to the capitalists interests can compromise the goals of a environmental education focused in the development of a critic and emancipator thought, once the media is not ideologically neutral.

Keywords: Environmental education. Mass communication means. Capitalism. Citizenship.



Introdução

A preocupação com a sustentabilidade ambiental tem sido, hodiernamente, o ponto de convergência de inúmeras discussões travadas por distintos segmentos da sociedade, que começa a sinalizar o desenvolvimento de uma consciência crítica quanto ao dever de preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, em face da possibilidade de um comprometimento, ainda maior, das necessidades das gerações vindouras, por força da exaustão dos recursos naturais.

O direito ao meio ambiente sadio assume no atual contexto histórico a posição de um direito fundamental, uma vez que está intimamente ligado a outro direito fundamental, que é o direito à vida, não limitado às nossas gerações. Por essa razão, como prelecionam Marchesan, Steigleder e Cappelli (2005), o meio ambiente tem que ser interpretado como um bem jurídico unitário, constituído por elementos naturais, pelo meio ambiente artificial (meio ambiente construído) e pelo patrimônio histórico cultural, pressupondo-se uma interdependência entre todos os elementos que integram o conceito.

Nessa perspectiva de um espaço integrado por diversos elementos, em especial pelo homem, que age socialmente sobre o meio, transformando-o, ao mesmo tempo que por ele é também transformado, a temática ambiental vem ocupando lugar de relevo no meio científico, gerando trabalhos cada vez mais importantes, cujos resultados passam a ter destaque na mídia, especialmente porque os prognósticos científicos mais recentes anunciam a possibilidade de ocorrência de catástrofes ambientais em curto espaço de tempo, se não forem tomadas medidas efetivas que assegurem a sustentabilidade ambiental.

Diante desse cenário, a educação pode ser uma ferramenta de grande importância, na medida em que, como defendem Macedo Filho e Cabral Neto, a ela possa ser destinado.

[...] o fim precípua de promover a formação política dos atores sociais para o desenvolvimento de uma práxis efetiva, visando à transformação da realidade econômica responsável pela degradação, contínua e crescente, do meio ambiente e pela intensificação dos processos de exclusão social. (MACEDO FILHO; CABRAL NETO, 2007, p. 250).

Ou seja, ainda que tenha um papel delimitado na formação social capitalista, a qual tem como meta primordial o aumento, a qualquer custo, do lucro, não se pode ignorar que a educação pode assumir vertentes que não tenham como escopo balizar o processo hegemônico¹ de uma produção material caracterizada pela exclusão socioambiental de grande parcela da humanidade, mas que, ao contrário, compreendendo as contradições presentes nessa formação social, possibilitem a conquista de espaços para ações contra-hegemônicas. Essa perspectiva crítica tem ampliado seu campo de ação relativamente à educação conservadora, mormente, quando se trata da educação ambiental, uma vez que essa modalidade vem suscitando a premência de se trabalhar sob uma ética distinta daquela que tem priorizado os interesses econômicos, negligenciando os interesses socioambientais.

A importância da educação ambiental ganha reforço com a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, no ano de 1977, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse evento, transcrito sob a influência do ideário neoliberal², foi aprovada a Declaração sobre Educação Ambiental, na qual encontram-se estabelecidas as finalidades, os princípios, os objetivos e as estratégias norteadoras da educação ambiental, a ser desenvolvida em escala global e não, apenas, por meio do sistema de educação formal, mas nas diferentes e possíveis modalidades. A Recomendação nº 1, fixada no referido Encontro, reforçando essa orientação, apregoa, dentre outras medidas, que “[...] o desenvolvimento eficaz da educação ambiental exige o pleno aproveitamento de todos os meios públicos e privados que a sociedade dispõe para a educação da população: sistema de educação formal, diferentes modalidades de educação extra-escolar e os meios de comunicação de massa.” (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS PAÍSES MEMBROS, 1977).

Na esteira desse direcionamento, o Brasil, por força da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e também instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, além de assegurar a todos o direito à educação ambiental, a teor do que preconiza o seu artigo 3º, inciso IV, passa a atribuir aos meios de comunicação de massa um expressivo mister. De acordo com a norma supramencionada, têm os meios de comunicação de massa o dever de colaboração ativa e permanente na disseminação



de informações, bem como a obrigação de desenvolver práticas educativas relacionadas ao meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

Assim, como parte do processo educativo mais amplo, uma vez que inserido na modalidade da educação não formal, e diante da necessidade de se assegurar a todos o direito à educação ambiental, os meios de comunicação de massa passam a assumir o *status* legal de educador ambiental. Esse papel, entretanto, deve ser observado com as devidas cautelas, haja vista que, se apresenta, em grande dimensão, contaminado por interesses econômicos, os quais impõem aos meios de comunicação de massa um direcionamento rumo à formação de uma cultura voltada para a sujeição, à passividade política e ao consumismo, ou seja, para atender aos interesses hegemônicos, que estão articulados para a produção de um pensamento dominante. Quanto a esse aspecto, acentua Paiva (2001) que a idéia de hegemonia tomada, a partir de Gramsci (1981), permite-nos vislumbrar a coexistência de outras determinantes, situando entre elas a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência, que uma vez articuladas à política e à economia tem por escopo a produção de um pensamento determinante e dominante.

Este trabalho tem a pretensão de abordar essa tendência dos meios de comunicação de massa, de reprodução do pensamento dominante, imposto pela formação capitalista, e as suas implicações para a construção de um processo educativo, visando contribuir com o propósito de formar sujeitos ativos e conscientes quanto à importância da premente mudança de paradigma econômico, dada a incapacidade do atual modo de produção de bens materiais de assegurar a equidade social e a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

185

Meio ambiente e formação social capitalista

Explicita Harvey (1993) que a socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista requer o seu envolvimento na trama de um controle social amplo, tanto das suas capacidades físicas quanto das capacidades mentais, tendo os meios de comunicação de massa o papel de cultivar a

formação de ideologias dominantes, como se pode depreender da transcrição infra.

A educação, o pensamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, iniciativa social ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação das ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado [...]. (HARVEY, 1993, p. 119).

A citação em comento destaca o papel dos meios de comunicação de massa na formação de ideologias dominantes e na conseqüente manutenção do processo de acumulação material de riqueza, na medida em que guardam compromissadas relações com os imbricados projetos políticos, econômicos e ideológicos da sociedade organizada com supedâneo numa formação social de produção capitalista.

186 Tais projetos caminham na contramão dos interesses ambientais, uma vez que estão fundados na racionalidade e na lógica da acumulação capitalista que exigem o inevitável aumento da produção de mercadorias e, por conseguinte, a necessária ampliação do consumo de bens materiais, o qual está limitado pela disponibilidade dos recursos não-renováveis, imposta pela Natureza. Em suma, esses interesses comprometem o equilíbrio ambiental e cria obstáculos para a materialização de uma sadia qualidade de vida, comprometendo o direito fundamental a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Para Guareschi (1987), nesse tipo de sociedade cada indivíduo e cada produto fazem parte do mundo e da lógica de objetos de consumo, de modo que não podem a atividade e o produto da comunicação ser diferentes a ponto de escapar das relações sociais dominantes. Percebe-se, portanto, a coexistência de outras determinantes nesse modelo societário, em especial o cultural, que são articulados para a produção de um pensamento dominante, de natureza mercadológica. Desse modo, “[...] a própria linguagem que propicia a transmissão do sentido dessa atividade e desse produto ao público é a linguagem do mercador: esta forma de linguagem mercantilista é a forma geral da troca.” (GUARESCHI, 1987, p. 17).



Assiste razão ao citado autor, que foi abeberar-se nas vetustas lições de Marx e Engels, segundo as quais as “[...] idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.” (MARX; ENGELS, 2006, p. 78). Para tanto, a classe dominante faz uso dos meios de comunicação de massa, especialmente por serem veículos de transmissão de informações destituídos do caráter dialógico que caracteriza a comunicação como uma via de dois sentidos.

Com essa aceção de que os meios de comunicação de massa estão compromissados com a produção de um pensamento dominante, por meio da veiculação de uma linguagem mercadológica, fica comprometida a promoção de uma educação em favor da melhoria da qualidade de vida da população, em face da impossibilidade de se conjugar expropriação de recursos naturais para a produção intermitente de mercadorias com a premência de preservação, recuperação e revitalização ambiental.

O fazer educativo apresenta-se, desse modo, contaminado pelos interesses hegemônicos de reprodução de uma realidade político-econômica excludente, ambiental e socialmente, que são impostos por meio de processos midiáticos de caráter ideológico, prévia e politicamente definidos. Na óptica de Brügger, “[...] é preciso deixar claro que não existe neutralidade nem na educação formal, nem na educação informal, como a promovida pela mídia embora a maioria dos jornalistas e professores acreditem nisso” (BRÜGGER, 2005, p. 157), chamando a atenção para o envolvimento, em especial da publicidade, com os interesses econômicos de grandes grupos, de mercados e de consumidores.

Portanto, o que muitas vezes aparece na mídia como verdade ambiental não passa de mera informação desconectada da realidade, quase sempre de cunho sensacionalista, entretanto, asseguradora de interesses de corporações que trafegam em direções e sentidos contrários aos anseios da coletividade, legitimados pela necessidade de alcance de equidade e justiça sociais.

Capitalismo e manutenção ambiental caminham em direções opostas, devendo aquele outro ser entendido como sinonímia de espoliação de recursos naturais, de exclusão social e de concentração de riqueza nas mãos de poucos, em detrimento dos interesses da maioria. Explica Melo (2006) que,

estando os processos naturais e socioculturais subordinados às exigências produtivistas do capitalismo o resultado será a exploração da força de trabalho, que coloca em risco a integridade física e psíquica do trabalhador, e a dilapidação da Natureza em um ritmo vertiginoso. Para esse autor,

[...] o problema, em uma perspectiva estritamente economicista, consiste no ritmo acelerado dessa transformação, com o intuito de atingir uma taxa de lucro superior à taxa média. Desta forma, a natureza torna-se simplesmente um insumo, reduzida a um fator de produção necessário à acumulação do capital sem que, entretanto, se respeite qualquer relação com seu limite (matéria-prima), com seu ritmo (de renovação da água ou do solo) e com sua interação ecológica e social. (MELO, 2006, p. 43).

Assim, o capitalismo não apenas representa destruição, precarização e degradação crescentes do meio ambiente, mas também impõe um modelo estrutural de sociedade que, como ensina, “[...] exclui, com uma irreversibilidade categórica, a possibilidade de legitimar o conflito entre as forças hegemônicas fundamentais rivais, em uma dada ordem social, como alternativas viáveis entre si, quer no campo da produção material, quer no âmbito cultural/educacional.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 26, grifos no original).

Boaventura Santos (2005), no tocante à força do capitalismo sobre a Natureza e o meio ambiente, proclama que o capital tende a apropriar-se de modo autodestrutivo, do espaço, da Natureza e do ambiente em geral, assim como da força de trabalho. As ações dele decorrentes afetam a realidade socioambiental como um todo, marcada pelas relações recíprocas estabelecidas em função das contradições inerentes a um modelo econômico que não respeita os limites e os ritmos da Natureza, desprezando a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Os efeitos decorrentes dessa lógica de exploração e expropriação, humana e ambiental, mostram-se mais temerários diante da tônica posta no contexto da intensificação da globalização, que segundo magistério de Jameson (2001), passa a exigir dentre outras “[...] a rápida assimilação de mercados nacionais até então autônomos e zonas produtivas a uma só esfera, o desaparecimento da auto-suficiência (por exemplo em alimentos), a integração forçada das nações do mundo inteiro à nova divisão global de trabalho [...].” (JAMESON, 2001, p. 18). Isso tem repercussão em nível não apenas



social, mas, sobretudo, na esfera do ambiental, mormente porque os problemas decorrentes das ações degradantes do meio ambiente também extrapolam as fronteiras dos países onde foram originados, atingindo a todos em escala planetária, a exemplo do constatado aquecimento da Terra, nas últimas décadas, em decorrência do aumento de temperatura, provocada pela emissão crescente de gases de estufa liberados, dentre outros fatores, com a queima de combustíveis fósseis e com as queimadas de florestas.

Loureiro (2006) acentua que a poluição sem fronteiras, a degradação dos ecossistemas que transcendem fronteiras geopolíticas e a interdependência no uso dos recursos naturais disponíveis representam as três conseqüências da globalização ambiental para a sociedade, o que leva a necessidade de uma reflexão sobre a responsabilidade em termos nacionais e internacionais.

Porém, para atender aos interesses do capitalismo, essa realidade precisa ser camuflada. Para tanto, ele faz uso de mecanismos diversos, em especial da mídia, ou seja, dos meios de comunicação de massa, que incluem, indistintamente, diferentes veículos como a televisão, a imprensa, o rádio, dentre outros.

Capitalismo e meios de comunicação de massa

189

Na realidade contemporânea marcada pelo aprofundamento do processo de integração de mercados, ou seja, do que se denominou de capitalismo transnacional, o qual tem como pretensão promover a fragilização de fronteiras entre os Estados nacionais e redirecionar as sociedades para a unificação, se busca anular, com isso, as diversidades e as culturas nacionais e regionais. Nesse contexto, os meios de comunicação de massa são ferramentas, dentre outras, que podem ser utilizadas para dar legitimidade aos interesses do poder econômico supranacional. Quanto à sobredita pretensão de criar-se uma cultura mundial padronizada, esclarece Cabral Neto (2004) que o incremento da globalização de fato fragiliza os Estados nacionais e os movimentos sociais, porém não chega a eliminar suas fronteiras, e que há um caráter ideológico na afirmação da existência de uma sociedade mundial dirigida pelos mercados e impermeáveis às intervenções políticas nacionais.

Diante da necessidade de promover-se o incremento ilimitado do consumismo para atender aos resultados da produção, o processo de

intensificação da globalização trouxe consigo a ilusão de que a ausência de fronteiras comerciais e o avanço notável das tecnologias de comunicação seriam responsáveis pela criação de uma cultura mundial padronizada. Esse, sem dúvida, é o desejo do poder estatal preso às amarras do capitalismo e das grandes redes de comunicação de massa a serviço da lógica desse modelo de produção. Essa relação está bem definida nas palavras precisas de Comparato ao prefaciar o livro de Dorneles intitulado “*Deus é Inocente: a imprensa, não*”, a seguir colacionadas.

[...] acontece que, em tempos de globalização, o conluio entre o poder estatal e as grandes redes de comunicação de massa se estabelece, claramente, em níveis transacionais. O surgimento do primeiro império mundial da História, com sede nos Estados Unidos, ampliou o acordo de que se acaba de falar para todo o espaço do orbe terrestre. Doravante, as políticas de dominação imperial exigem uma cobertura ideológica sem fronteiras, por parte dos grandes veículos de imprensa, radio televisão e cinema. (COMPARATO, 2003, p. 15).

190

Essa parcialidade é grave, na medida em que, inquestionavelmente, os meios de comunicação de massa são, nas sociedades hodiernas, os grandes responsáveis pela difusão de informações ambientais para o público em geral. Essas informações são apresentadas por meio de técnicas apropriadas para fazer sucumbir determinados valores e ao mesmo tempo internalizar outros, independentemente do interesse maior da coletividade quanto à questão ambiental. Para tanto, são utilizadas técnicas diversas a exemplo das técnicas de diluição e a de recuperação. Segundo as lições de Guareschi (1987), a primeira técnica é uma estratégia para fazer com que o protesto converta-se em impostura, de modo que “[...] consiste em banalizar um fenômeno estranho ao corpo social, ou um sintoma de mal grave, de tal modo que ele apareça como um incidente isolado, separado do seu contexto social.” (GUARESCHI, 1987, p. 53). Com ela, espera-se que o fenômeno seja automaticamente rejeitado pela opinião pública como inconveniente passageiro. Aqui poderíamos situar a idéia veiculada pela mídia a respeito dos movimentos ecológicos, colocados para o grande público sem muita importância e contrários à necessidade do crescimento econômico e social.

A segunda técnica consiste, diante de um fenômeno “potencialmente perigoso” ao corpo social, em traduzir e interpretá-lo para o público a fim de



justificar a contínua necessidade de manutenção do sistema social existente e de seus valores. Como lembra o sobredito autor, muitas vezes é ela utilizada para justificar a violência e repressão que fazem parte de tais sistemas. Nessa perspectiva, estão as informações jornalísticas que justificam as ações violentas e repressivas do aparelho estatal contra as investidas de grupos ativistas sobre atividades econômicas nocivas ao meio ambiente, a exemplo do Greenpeace, muitas vezes colocado para a sociedade, por meio da mídia, como o grande vilão.

Loureiro (2006) destaca que a mídia não vem proporcionando o devido espaço à problemática ambiental, situando-a isoladamente, em uma narrativa que, além de proclamar-se apolítica, tende a expressar-se como dramática e romântica. Isso nos leva a inferir que as técnicas utilizadas pela mídia têm um objetivo ideologizante, na medida em que dificultam o estabelecimento de nexos entre o fato e a dinâmica social, excluindo a responsabilidade do modo de produção capitalista ao remeter para o indivíduo e para o plano comportamental a culpa pela crise ambiental. A citação a seguir é bastante clara quanto ao uso de técnicas, pela mídia, com fins ideológicos.

A mídia, que desempenha fundamental papel na era da informação, não tem proporcionado o devido espaço à problemática, situando-a isoladamente, em uma narrativa que tende a expressar-se como dramática, romântica e apolítica. Além disso, incorre no equívoco de trazer para o indivíduo e para o plano comportamental a responsabilidade pela crise ecológica. A apresentação dos desastres ambientais parece dificultar aos espectadores o estabelecimento de nexos entre o fato e a dinâmica social. (LOUREIRO, 2006, p. 25).

191

Nessa mesma seara de raciocínio, Brügger explicita que “[...] muitas mensagens da mídia revelam conteúdos fortemente (anti)ambientais implícitos que as tornam muito eficientes no sentido de formar (geralmente conformar ou deformar) visões de mundo.” (BRÜGGER, 2005, p. 162).

Percebendo o atuar midiático sob a óptica da não existência de neutralidade política, a missão atribuída aos meios de comunicação de massa, pelo artigo 3º, da Lei nº 9.795/99, não tem, por si só, o condão de lhes retirar o caráter ideológico acima esposado e de, como num passe de mágica, lhes consignar o qualificativo de promotor de uma educação ambiental que

leve em consideração a devida problematização da realidade socioambiental e a construção de uma ética contrária à lógica do capitalismo.

A premência de construção de uma ética voltada para a preservação do meio ambiente e a sadia qualidade de vida está comprometida, portanto, pela necessidade do capitalismo de contenção da sua tendência para as crises de superprodução. Isso exige um giro rápido das mercadorias, fenômeno que se materializa mediante o consumo desenfreado de bens e, conseqüentemente, de uma maior exploração de recursos naturais. Segundo as lições de Melo, “[...] a lógica da reprodução do capital acaba imprimindo um ritmo acelerado na produção, que precisa ser ‘escoada’ e/ou consumida em um ritmo também vertiginoso, a fim de engendrar o funcionamento do sistema e para não ocorrer em última instância uma crise de superprodução.” (MELO, 2006, p. 44).

Nessas circunstâncias, o consumo é estimulado de todas as formas, especialmente com o auxílio da propaganda, veiculada pelos meios de comunicação de massa. Os audiovisuais tornaram-se, como assevera Capra (2005), um dos principais canais de comunicação social e cultural nas sociedades modernas, de modo que as pessoas constroem, por intermédio dos conteúdos oferecidos por esses veículos de comunicação, as suas imagens simbólicas, seus valores e suas regras de comportamento. Lembra o citado autor que,

[...] na maioria dos lares norte-americanos, o rádio e a televisão criaram um ambiente audiovisual constante que bombardeia os telespectadores e ouvintes com uma corrente infindável de mensagens propagandísticas. Toda a programação das redes norte-americanas é financiada pelos comerciais e organizada em torno deles, de modo que a comunicação do valor empresarial do consumismo torna-se mensagem preponderante transmitida pela televisão. (CAPRA, 2005, p. 164).

No Brasil a realidade anteriormente referida não é diferente, como também não é diferente, em outras partes do mundo. Em esfera global, são comprometidos muitos dos conteúdos de cunho ambiental porque são apresentados, pelos meios de comunicação de massa, em face dos interesses propagandistas das empresas, cuja lógica pauta-se na necessidade de interferência na vida das pessoas com o escopo de estimular o consumismo exacerbado de seus bens e serviços⁴. Segundo Brügger, “[...] por meio de conteúdos latentes, diversos valores hegemônicos em nossa sociedade são



produzidos e reproduzidos: ênfase na ciência e na tecnologia como maneiras de superar quaisquer problemas, glorificação da produtividade e do crescimento; estímulo ao consumo de mercadorias supérfluas etc.” (BRÜGGER, 2005, p. 162).

Andrade (2006), fazendo a análise do conteúdo ambiental de suplementos infantis de três jornais impressos, de circulação diária (Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Jornal de Piracicaba), constatou que o material sobre o meio ambiente vinculado às crianças restringe-se a algumas informações sobre animais e notícias vagas a respeito de conservação da Natureza, além de incentivar algum tipo de consumo.

Esse parcialismo dos meios de comunicação de massa com os interesses do poder econômico é fortemente revelado nas notícias veiculadas diuturnamente à população sob enfoques que, em um olhar menos acurado, podem parecer preocupadas com a questão ambiental, mas que, na sua essência, acabam revelando a cumplicidade com os interesses de grandes grupos empresariais ou têm cunho meramente sensacionalista. Mostram-se, os meios de comunicações de massa, como se fossem aparentemente apolíticos, malgrado serem guiados a partir de uma ética compromissada com a lógica da formação capitalista.

Um exemplo ilustrativo dessa realidade, dentre tantos outros, encontra-se na matéria publicada na edição de 8 de abril de 2007 da Tribuna do Norte, jornal de grande circulação no Estado do Rio Grande do Norte), sob o título “RN ainda consome mais lenha do que outra fonte de energia.”

O título, em si, induz o leitor a crer que a matéria de primeira página representa uma denúncia da degradação ambiental, decorrente da extração de lenha no RN, realizada para alimentar os fornos industriais. Não é isto, entretanto, o que se verifica na intenção da matéria jornalística. Nela se aborda o resultado do Balanço Energético do Estado, estudo feito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico revelando que, no RN – um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do Brasil – o consumo de lenha representa 25,4% da matriz energética, contra 18% de óleo diesel, 16,4% de eletricidade e 6,7% do gás natural, sendo aquela a forma mais utilizada de combustível, especialmente na indústria. Em verdade, a matéria jornalística não se propõe a abordar os graves aspectos ambientais decorrentes da extração de lenha das matas do bioma caatinga, medida extremamente impactante para o ambiente.

Sobre o grave impacto dessa exploração econômica de natureza extrativista, ela apenas se refere, em uma única linha, à possibilidade de vir a ocorrer um processo de desertificação.

A matéria é encerrada com a compreensão do titular da Secretaria Extraordinária de Energia, de que esse tipo de recurso não pode ser descartado da matriz energética do Estado, e sim usado de forma mais racional sendo, para tanto, somente necessário disponibilizar orientação técnica para as indústrias e programas que reduzam o uso de madeiras nas residências. Porém, nenhum juízo de valor é emitido pelo autor da matéria quanto à tendenciosa compreensão do Secretário Extraordinário de Energia, segundo a qual o problema estaria no uso de lenha nas residências e não pelas indústrias, por ele classificadas como carentes, apenas, de orientação técnica.

Em que pese a aparente imparcialidade da matéria jornalística inserida na página 3, do Caderno de Economia, da referida edição do citado jornal, ali também foi veiculada a entrevista com o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), intitulada "Consumo de lenha deve ser mais estimulado". Nessa entrevista, o representante da FIERN defende com firmeza que a lenha continue a ser o principal combustível da indústria do RN, por ser três vezes mais barata do que o gás natural. Apenas por isso! Quando perguntado se o consumo de lenha seria algo bom para o Estado, ele não apenas afirma que sim, mas responde que é preciso pensar no futuro, aduzindo, em seguida, que a lenha é um combustível barato, e que por isso deve ser estimulado, principalmente para os produtos de valores agregados que geram mais empregos. Complementa a sua resposta observando que a preocupação atual deve ser a de que todo mundo que usa lenha deva plantar árvores. No que concerne à poluição que a queima da lenha provoca, diz apenas que, hoje, é muito pequena porque já existe tecnologia suficiente para diminuir a emissão de gases poluentes.

Esse tipo de matéria, veiculada por um meio de comunicação de massa de grande circulação, não pode contribuir para a efetiva promoção de uma educação ambiental com escopo crítico e emancipatório. Ao contrário, só pode concorrer para uma concreta deseducação, gerando conseqüências maléficas para o meio ambiente por estimular a prática de ações que implicam o agravamento de efeitos climáticos oriundos da emissão de gases responsáveis pelo aumento da temperatura do planeta, elevação que está associada à acentuação do efeito de estufa.



Como é sabido, mormente depois do anúncio dos resultados do Sumário Executivo do quarto relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU) – *Climate Change 2007: The Physical Science Basis*, apresentado em Paris, em 2 de fevereiro de 2007, a Terra tenderá para um aumento acelerado de seu estado entrópico se as emissões de gases na atmosfera não forem reduzidas. A previsão é de que a temperatura do planeta irá subir e, até o fim deste século, o aquecimento global esperado poderá representar, em relação a dados de 1980-1999, uma elevação permanente de temperatura da ordem de 1,1C, na melhor das hipóteses, podendo ultrapassar a 4C, na pior das hipóteses, o que importará em conseqüências catastróficas em termos de fenômenos naturais.

Também é fato que a utilização de qualquer um dos recursos energéticos -carvão, petróleo e o gás natural- que não se encaixam como fontes limpas de energia, como a solar e a aeólica, são prejudiciais ao meio ambiente. Há pesquisas que comprovam que a queima desses recursos energéticos libera gases poluentes na atmosfera, inclusive os gases de estufa, responsáveis pelo atual estágio de aquecimento do planeta.

No caso do carvão natural e da lenha, os impactos ambientais se expressam desde os procedimentos de extração. No Rio Grande do Norte, o uso dessa matriz energética, representa cerca de um milhão de toneladas por ano, sendo responsável por acentuados processos de desertificação⁵, como já vem acontecendo na Região do Seridó⁶, aguçando ainda mais as dificuldades de vida do sertanejo, cujo destino de retirante, miserável e favelado parece estar sendo traçado como algo definitivo, dentre outros fatores, por causa dessas ações predatórias e pela falta de políticas públicas efetivas de preservação ambiental e de desenvolvimento social.

Destarte, é preciso conscientizar a população de que a utilização de lenha como recurso energético parece trazer vantagem tão somente para o empresariado, o qual, dispondo dessa matriz energética, tem uma redução de custos três vezes menor em relação ao gás natural. Isso aumenta, extraordinariamente, os seus lucros, traduzidos na principal meta do capitalismo. Não é sem razão que esse mesmo empresariado estimule, com a compra da lenha, a devastação ambiental da região e a contínua emissão de CO₂ para a atmosfera, agravando o problema decorrente dos gases de estufa.

Apesar da compreensão de que as florestas são renováveis e, por isso, excepcionais conversoras de energia solar nos trópicos, como defendem Vidal e Vasconcellos (2002), no Brasil, como decorrência de práticas que, apenas, visam à acumulação imediata de lucro, as florestas e matas são simplesmente devastadas, a exemplo do que vem ocorrendo nas caatingas da Região do Seridó, eliminando-se, assim, a possibilidade de representar um fundamento de fonte de trabalho e riqueza permanentes.

Em que pesem esses gravames para a saúde do planeta Terra, não há, no referido jornal, um contraponto da matéria nele veiculada para realçar a vertiginosa degradação, levando o público, em geral, a acreditar que o uso de lenha é salutar, desde que utilizada para beneficiar a indústria. Em sentido contrário a essa prática extrativa de lenha para ser usada como fonte energética “barata”, propugna Aguiar que,

[...] a geração solar térmica, se estimulada, poderia aumentar a oferta de empregos pela dinamização de todo um setor industrial dedicado a esta fonte alternativa, que encontra aplicações não somente em comunidades carentes, como para qualquer empreendimento que optasse por, ou necessitasse de uma fonte de energia elétrica com geração descentralizada. (AGUIAR, 2004, p. 53).

A alternativa retro, acaso os meios de comunicação de massa trabalhassem dentro de uma ética diferente da qual estão submetidos pelo poder do capital, poderia ser uma das vertentes discutidas na matéria supramencionada. Se houvesse compromisso por parte da mídia com a questão ambiental, ela deveria trazer a posição de estudiosos do assunto, respaldada em conhecimentos científicos sobre a temática, o que revelaria a inconsistência dos argumentos do vice-presidente da FIERN, postos pela mídia como irrefutáveis, apesar de se limitarem a expressar, sem rodeios, a defesa dos interesses econômicos do empresariado norte-rio-grandense.

Na (des)informação jornalística sob análise não se constata a existência de qualquer preocupação em revelar-se para o público quão irreversíveis são os danos ambientais que tais práticas estão causando àqueles ecossistemas, à biodiversidade ali existente e ao próprio sertanejo, diante do constatado processo de desertificação. Da mesma forma, não se verifica qualquer intenção de se mostrar que a inexistência de uma qualidade ambiental representa a



ausência de qualidade de vida e aguçamento da miséria para as populações viventes em áreas que estão sendo violentamente degradadas e desertificadas.

A forma como o tema em exame foi abordado pelo jornal representa um impeditivo para que tal meio de comunicação de massa possa proclamar-se apolítico ou interessado na defesa das questões ambientais, haja vista o clarividente compromisso com os interesses econômicos de grupos empresariais, o que não o legitima como educador ambiental. Para o exercício desse mister legal, os meios de comunicação de massa, ao abordarem questões relacionadas ao ambiente, precisam, sim, assumir uma postura de parcialidade, porém sempre em favor do meio ambiente, ressaltando a necessidade de sua conservação, preservação e recuperação para que se possa assegurar qualidade de vida às populações. Outro não pode ser o entendimento, na medida em que a

Educação Ambiental tem a responsabilidade sim de construir uma nova ética que possa ser entendida como *ecológica*, desde que esta se defina no embate democrático entre idéias e projetos que buscam a hegemonia na sociedade e no modo como esta produz e se reproduz, problematizando valores vistos como universais e absolutos. (LOUREIRO, 2006a, grifo no original).

Matéria jornalística dessa qualidade nos conduz a um questionamento: Os meios de comunicação de massa podem trabalhar dentro de uma nova ética, distinta daquela imputada pela lógica do capitalismo? Isso os obrigaria a revelar o que está na essência dos interesses da contemporânea forma de organização social e do predominante modo de produção material de bens. O certo é que os meios de comunicação de massa estão vinculados aos interesses hegemônicos dos proprietários dos meios materiais de produção, comprometendo, assim, sua credibilidade frente a uma real necessidade de defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, como determina a atual legislação brasileira.

197

Meios de comunicação de massa frente a uma educação ambiental para a cidadania

Para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática não se pode prescindir da formação política dos seus membros, uma vez que ela é condição para a promoção de uma mudança radical no modelo de

produção social de bens materiais e, por conseguinte, para assegurar-se equidade social e manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, não só para as presentes gerações, mas também para as gerações futuras. (MACEDO FILHO; CABRAL NETO, 2007).

Essa linha de raciocínio não se coaduna com a de uma educação ambiental trabalhada numa perspectiva conservadora e compromissada com manipulação ideológica imposta pela lógica do capitalismo, portanto, destituída do escopo de alcançar a formação para a cidadania, não possibilitando, assim, a participação dos atores sociais nos processos decisórios da sociedade democrática. Isso traz conseqüências nefastas, posto que

[...] o problema do discurso ambiental 'desacoplado' das condições sócio-históricas é que pode muito facilmente alienar-se à posições politicamente conservadoras, na medida em que não mobiliza a percepção das diferenças ideológicas e os conflitos de interesses que se confrontam no ideário ambiental. Ao contrário, convida a um consenso de observadores não implicados – ou onipotentes – diante do problema que se apresenta. (CARVALHO, 2003, p. 109).

198

O posicionamento expresso nessa citação denuncia a existência de uma educação que renega a relevância da formação política do educando e que se anuncia como neutra, politicamente. Essa formação política, na óptica de Cabral Neto (2004), se constitui em uma dimensão indispensável à cidadania, devendo, portanto, funcionar como o eixo basilar da luta, em construção, para edificar novos padrões de participação do homem na sociedade.

Paiva (2001) lembra que o surgimento de forças diversas, associadas aos sistemas dominados, possibilita historicamente a previsão de pequenas disputas e lutas, tendentes ao enfrentamento com a força dominante, as quais, na fricção das disputas, acabam por empreender conquistas e vitórias que permitem vislumbrar sociedades mais justas no sentido da inclusão de fatores heterogêneos. Tais lutas e embates não estão dissociados dos processos de construção da cidadania, cujo conceito está, nesta vertente, vinculado à idéia de formação do homem para a participação política de sua comunidade. Isso impõe o desenvolvimento de habilidades e de uma consciência crítica quanto ao papel que o cidadão exerce na sociedade assim como o estabelecimento



de novas relações sociais, inclusive voltadas para o interesse público e para a proteção do meio ambiente.

Estamos falando, portanto, da necessidade de uma formação, por intermédio da educação ambiental e de uma consciência ética, capaz de possibilitar a percepção da premência de uma práxis, visando ao exercício de ações e pressões políticas direcionadas para a ruptura do modelo econômico vigente, única condição para que se possa assegurar a existência de condições mínimas de vida digna para as presentes e futuras gerações, incluindo a garantia de trabalho, alimentação, educação, saúde, moradia, dentre outros direitos fundamentais.

Para assumir o compromisso com uma educação ambiental para a cidadania os meios de comunicação de massa terão que abraçar uma nova causa, que é contrária aos imperativos da dinâmica da produção e reprodução capitalista, o que não parece ser a lógica de funcionamento desses veículos. Despir-se do caráter sensacionalista e momentâneo que costumam dar às matérias jornalísticas que são veiculadas na ocorrência de desastres ambientais, para revelar a lógica da produção social contemporânea seria condição para que os meios de comunicação pudessem cumprir um papel realmente educativo.

Há que se ter em mente, como leciona Loureiro (2006a), que uma educação conservadora não colabora para se alcançar novas relações sociais, formas sensoriais e perceptivas de compreensão e de sentimento do educando como parte da sociedade e de uma vida planetária. É preciso, pois, afastar-se da idéia inadequada de que tudo é válido quando se almeja proteger o ambiente, haja vista que nem todo tipo de informação ou prática educativa contribui para a gênese de uma consciência crítica porque “[...] a educação conservadora baliza e reforça o processo hegemônico da reprodução de um modelo que não assegura a sustentabilidade e nem a equidade social, perspectiva incapaz de assegurar a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.” (MACÊDO FILHO; CABRAL NETO, 2007, p. 247).

Ao contrário do que se pretende com uma educação ambiental para a cidadania, o que se vê diuturnamente são os meios de comunicação de massa banalizando a temática ambiental e suggestionando, quase sempre, a população com as falsas idéias de que a crise socioambiental, provocada

pelo capitalismo, será resolvida com medidas individuais de racionamento. Tem sido prática costumeira da mídia a veiculação de meros receituários de atitudes individualistas e domésticas, como economizar energia, racionar a água ao tomar banho e ao lavar carros, reciclar materiais, deixar de comer carne bovina para diminuir as áreas de pastagens, dentre outros, como se essas medidas sozinhas fossem resolver a crise ambiental, cuja origem está em outra dimensão, ou seja, em patamar bem distinto da responsabilidade que decorre das ações individualizadas.

Essa postura dos meios de comunicação é esperada e está em total consonância com a compreensão crítica de “[...] a problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais.” (LEFF, 2002 p. 62). Logo, como esperar uma atuação ética dos meios de comunicação, capaz de questionar a racionalidade econômica e tecnológica dominantes?

O fato é que esse atuar ético que questiona a racionalidade econômica e tecnológica dominantes parece estar a anos-luz de distância dos interesses dos meios de comunicação de massa, porque, como se extrai das lições de Althusser (1985), a informação, ou seja, a mídia compõe a pluralidade dos aparelhos ideológicos de Estado. Como tal, a comunicação, seja qual for o veículo empregado (imprensa, rádio, televisão e todos os outros), tem o papel de reproduzir, pela manipulação ideológica do povo, as relações de produção oriundas da formação social capitalista, isto é, de reproduzir as “relações capitalistas de exploração”, de modo a garantir a sua existência. Não se pode ignorar a lição de Marx e Engels (2006) de que as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, uma vez que:

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma as idéias da sua dominação. (MARX; ENGELS, 2006, p. 78).



Se as idéias dominantes são nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias, elas precisam ser legitimadas pelo poder dominante, que, para esse fim, utiliza-se de diversos mecanismos, especialmente de uma educação conservadora, a qual baliza e reforça o processo hegemônico da reprodução de um modelo econômico excludente, na medida em que é socialmente injusto e ambientalmente inconsistente. Impõe-se, por conseguinte, para o capitalismo, a necessidade de firmar seu ideário perante a população excluída. Tais idéias, ainda que ideologicamente produzidas, precisam soar como verdadeiras aos ouvidos dos socialmente explorados e ambientalmente expropriados. No entanto, esse movimento é contraditório e, por isso, essas idéias, dependendo das circunstâncias históricas em que sejam produzidas, podem ser confrontadas e refutadas em outra direção, cuja perspectiva almeje a edificação de uma contra-hegemonia, nos termos propostos por Gramsci.⁸

Com bases nas formulações de Gramsci (1981) e considerando que os processos históricos se movem por contradição, defendemos uma educação capaz de propiciar as condições favoráveis para a formação de uma consciência crítica quanto às questões socioambientais decorrentes das relações capitalistas de exploração. Esse entendimento pressupõe a utilização de todos os espaços disponíveis (como a escola, os meios de comunicação, por exemplo) no sentido de buscar, ainda, sob o capitalismo a edificação de processo de contra-hegemonia que represente uma construção histórica na direção de superar as relações próprias do capitalismo.

Não se pode olvidar que (apesar do papel histórico de aparelhos ideológicos de Estado atribuído aos meios de comunicação de massa) é possível a conquista de espaços para a prática de ações contra-hegemônicas, abertos em função das contradições inerentes à realidade capitalista, caracterizada por constantes antagonismos de interesses, os quais afloram a todos os momentos como fruto dos embates travados para o enfrentamento dos conflitos socioambientais. Com eles acabam sendo veiculados na mídia, ainda que sem a intencionalidade do poder hegemônico, mas como resultado de forças e lutas opostas, conhecimentos apoiados em uma ética distinta da inspirada pelos interesses econômicos do capitalismo, portanto, propício à defesa do meio ambiente e de uma sadia qualidade de vida para todos. Contudo é preciso explicitar que esses procedimentos, apesar de sua importância na formação de uma visão crítica sobre os problemas ambientais, não são definidores em

relação à superação da ordem capitalista, visto que tal superação envolve lutas políticas mais complexas.

Considerações finais

As construções analíticas formuladas, no âmbito deste trabalho, realçam a necessidade de atentarmos para o fato de que as inquietudes relacionadas à premência de preservação ambiental são oriundas das realidades concretas de contextos sócio-históricos em que as crises geradas pelos modelos econômicos de desenvolvimento, calcados na exploração sem limites da Natureza, passam a exigir, em meio ao conseqüente esgotamento dos recursos naturais não renováveis, uma nova postura da humanidade diante da complexidade ambiental.

Para a compreensão dessa complexidade ambiental há que se escapar da manipulação ideológica disseminada pela mídia e buscar-se um conhecimento produzido com base em uma nova ética ambiental, completamente distinta daquela erguida como pilar do capitalismo, a qual procura legitimar a visão de mundo por ele construída. Essa nova dimensão ética, preocupada com a formação para a cidadania e com o desenvolvimento de uma práxis que vislumbre a ruptura do modelo de produção social vigente, não tem como ser incorporada pelos meios de comunicação de massa no contexto de predominância do modo de produção material capitalista, ainda que a eles tenha sido legalmente atribuído o papel de educador ambiental, uma vez que são, historicamente, aparelhos ideológicos de Estado e, portanto, comprometidos com os interesses hegemônicos.

Se pugnamos por uma educação ambiental para cidadania, ou seja, preocupada com a formação política, devemos incorporar o entendimento de que lhe cabe a missão de desenvolver, nos atores sociais, estruturas cognitivas capazes de ensejar processos hermenêuticos harmonizados com outra racionalidade ambiental, diferenciada da que serve de manto para os interesses de mercado fixados pelo capitalismo.

Nessa perspectiva de promotor de uma educação ambiental para a cidadania, caberia aos meios de comunicação de massa conscientizar as sociedades contemporâneas não apenas quanto à gravidade dos problemas que afetam o meio ambiente, mas, sobretudo, revelar a verdadeira origem da



crise ambiental. Para isso, teriam que situá-la como o fruto da lógica de um sistema produtor de mercadorias que, tendo o lucro como meta precípua de sua existência, é o principal responsável pelo cenário de exploração e exclusão social de pessoas e de trabalhadores⁷, em nível global, e pela progressiva devastação dos ecossistemas naturais, comprometendo a Natureza e a vida no planeta, em todas as suas formas. Trata-se, essa, cognição de pura utopia, uma vez que a reprodução do pensamento dominante exige dos meios de comunicação de massa que a atividade e o produto da comunicação assumam um caráter mercadológico, contrariando, assim, os interesses ambientais. O que se mostra possível, mediante os embates travados para o enfrentamento dos conflitos socioambientais, é a conquista de espaços junto aos meios de comunicação de massa para a prática de ações contra-hegemônicas, uma vez que o movimento do real é contraditório, em face dos constantes antagonismos de interesses presentes no modo de produção capitalista. Por intermédio desses espaços conquistados, há a possibilidade de, contrariando o poder hegemônico, se fazer veicular na mídia conhecimentos apoiados naquela ética que acima situamos como distinta da que inspira os interesses econômicos do capitalismo e, por isso, propício à defesa do meio ambiente e de uma sadia qualidade de vida para todos.

Notas

- 1 Sobre hegemonia Paiva (2001, p. 1-2), explica que, “[...] o argumento da ‘ação hegemônica’, desenhado pelo pensador marxista italiano Antônio Gramsci, é aquele que mais adequadamente propicia uma aproximação da compreensão do que significa a soberania de um forma social. A idéia de hegemonia como é entendida por Gramsci, permite que o olhar coteje não apenas o aspecto político, mas também e em igual medida o caráter formativo da cultura. Desta maneira, pode-se considerar que o conceito de hegemonia inclui o de cultura, de ideologia e de direção moral. O conceito, assim entendido, desloca-se do plano político para o da supremacia da formação econômico-social, isto é, da sociedade como totalidade. A partir do entendimento do significado e da aplicação social do conceito de hegemonia, torna-se possível a compreensão das formas reguladoras de forças coercitivas e de estruturas de dependência. Desta maneira, para além da explicação reducionista da predominância de uma estrutura social apenas pela determinante econômica. A idéia de hegemonia a partir de Gramsci permite vislumbrar a coexistência de outras determinantes como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência que se articulam junto à política e à economia para a produção de um pensamento determinante e dominante. Assim, a partir da idéia do padrão hegemônico e da forma determinante, aporta-se nos diversas outros esquemas possíveis que subsistem como sistemas minoritários, formas menores, produções desimportantes, diferentes e, conseqüentemente, sem maior referencialidade na estrutura social. O surgimento dessas forças diversas como sistemas

dominados possibilita historicamente a previsão de pequenas disputas e lutas. Estas formas tenderiam ao enfrentamento com a força dominante e poderiam, na fricção das disputas, empreender conquistas e vitórias. A luta social das diferentes configurações existentes permitiria vislumbrar sociedades mais justas no sentido da inclusão de fatores heterogêneos.”

- 2 Batista (2007) descreve a existência de um cenário de imposição de ajustes estruturais, pautados nos ideais neoliberais que exigem a implementação de políticas sociais a partir de princípios norteadores de processos de descentralização, focalização e flexibilização, com o escopo de minimizar a participação estatal na oferta de serviços públicos, reduzindo o déficit fiscal e o gasto público, e maximizar expansão do mercado. Com essa perspectiva, a educação tem por escopo reforçar os postulados capitalistas, não conseguindo assentar novos valores e conceitos capazes de possibilitar uma ruptura das ações pautadas numa lógica predatória, que renega a necessidade da economia de mercado possuir limites e de impor limites à sustentabilidade.
- 3 A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe, em seu art. 3º, que: “Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II – às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; III – aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; V – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; VI – à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.
- 4 Capra (2005), lembra que o impacto das empresas sobre as vidas das pessoas aumenta continuamente na medida em que “hoje em dia, o mundo dos meios de comunicação de massa é dominado por uns poucos conglomerados gigantescos de multimídia, como a AOL-Time-warner ou a ABC-Disney, que são enormes redes de empresas menores ligadas por vínculos e alianças estratégicas de várias espécies.
- 5 A partir da Conferência das Nações Unidas, em Nairobi (1977), a desertificação foi definida como a “deterioração generalizada dos ecossistemas sob as pressões combinadas de um clima adverso, flutuante e de exploração excessiva”. Com a Conferência do Rio de Janeiro (ECO/92), mas especificamente na Agenda 21, passou a ser definida como “a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas”. É causada pela atividade entrópica decorrente da intensa pressão exercida por atividades humanas sobre ecossistemas frágeis, cuja capacidade de regeneração é baixa, conduzindo à formação de desertos. A degradação da terra compreende a degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e a redução de vida das populações afetadas.
- 6 Em relação ao Seridó, que inclui municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba, o que sobra da terra tem servido apenas para aumentar a área de mancha desertificada. Na página da



Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, do RN, sob o título Instituições combatem a desertificação encontra-se a seguinte informação: “[...] O desmatamento agressivo nas reservas florestais para a utilização de lenha nas olarias também vem provocando o agravamento do problema”, explica Gilson. Hoje boa parte dos agricultores não consegue mais plantar, o solo perdeu suas propriedades e empobreceu. No Seridó, os municípios de Caicó, Currais Novos, São José do Seridó, Carnaúba dos Dantas, Parelhas e Equador são os que vêm apresentando maiores agravantes. No total, já são 2.341 quilômetros quadrados de área desertificada. A essa situação, soma-se um quadro ainda mais preocupante. Por ano, cerca de 10% da área verde do RN vem sendo desmatada para virar lenha e alimentar os fornos do pólo ceramista da região.” Gilson Vilaça, que integra a equipe do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável para Combate à Desertificação, pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente (IDEMA). Matéria publicada no Jornal de Fato (RN), 11/06/2006. Disponível em: <http://www.semarh.rn.gov.br/detalhe.asp?IdPublicacao=6458>.

- 7 O forte crescimento econômico registrado nos últimos cinco anos teve um impacto muito leve na redução do número de trabalhadores que vivem em condições de pobreza junto com suas famílias, e essa redução se observou somente em uns poucos países. Além disso, o crescimento não provocou a diminuição do desemprego mundial”, disse o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia. In edição relatório anual Tendências Mundiais do Emprego http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=3051.
- 8 Como esclarece Williams, a realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. “A qualquer momento, formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade.[...] A ênfase política e cultural alternativa, e as muitas formas de oposição e luta, são importantes não só em si mesmas, mas como características indicativas daquilo que o processo hegemônico procurou controlar, na prática.” (WILLIAMS, 1979, p.16). A esse respeito importa lembrar, ainda, o que assinala Coutinho (1999, p. 115-116). Para esse autor, a crítica ideológica e a batalha cultural a ela ligada é decisiva na orientação prática dos homens sendo um momento decisivo da luta pela construção de uma nova hegemonia (conta hegemonia). Ressalta também que a “[...] luta pela hegemonia implica uma ação que, voltada para a efetivação de um resultado *objetivo* no plano social, pressupõe a construção de um universo *intersubjetivo* de crenças e valores.”

Referências

ANDRADE, Tais Oetterer de. **Análise do conteúdo ambiental de suplementos infantis de jornais impressos**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/enontro3/arquivos/TA68-03032006-122503.DOC>. Acesso em: 01 jun. 2007.

AGUIAR, Wilson Mansur. **O uso de fontes alternativas de energia como fator de desenvolvimento social para segmentos marginalizados da sociedade**. 2004. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2004. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento

Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://cinergia.org.br/ppel/teses/wmaguiar.pdf>> Acesso em: 16 abril. 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BATISTA, Maria do Socorro da Silva. Educação ambiental como política pública: uma incursão pelos caminhos da gestão. In: GRACINDO, Regina Vinhaes *et al* (Org.). **Educação como exercício da diversidade**: estudos em campos de desigualdade sócio-educacionais. Brasília : Liber Livro Editora, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>> Acesso em: 10 jun.2007.

BRÜGGER, Paula. Os novos meios de comunicação: uma antítese da educação ambiental? In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRAGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CABRAL NETO, Antônio. **Reforma educacional e cidadania**. In: CABRAL NETO, Antônio. (Org.). Política educacional: desafios e tendências. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Os sentidos de "ambiental"**: a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, Enrique. (Org.). A complexidade ambiental. Tradução Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COMPARATO, Fabio Konder. Prefácio. In: DORNELLIS, Carlos. **Deus é inocente**: a imprensa não. São Paulo: Globo, 2003.

GRAMSCI. Antônio. **Concepção dialética da história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Comunicação e poder**: a presença dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina: 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.



JAMESON, Fredric. Notas sobre a globalização como questão filosófica. In: JAMESON, Fredric. (Org.). **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Tradução Maria Elisa Cevasco, Marcos Cesar de Paula Soares. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução Sandra Valenzuela. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe. Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

MACÊDO FILHO, Francisco Dutra de; CABRAL NETO, Antônio. A educação ambiental no cenário da economia informacional globalizada. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 29, n. 15, p. 226-255, maio/ago. 2007.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER Annelise Monteiro; CAPPELLI, Sílvia. **Direito ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MELO, Mauro Martini de. **Capitalismo versus sustentabilidade**: o desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Iva Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Carta de Belgrado**. Belgrado, Outubro de 1975. Disponível em: <<http://openlink.br.inter.net/jctyll/1903.htm>> Acesso em: 15 maio 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Conferência intergovernamental sobre educação ambiental aos países membros**. Recomendações. Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, de 14 a 26 de outubro de 1977. Disponível em: <http://www.verdescola.org/downloads/tratado_tbilisi.pdf> Acesso em: 23 abr. 2008.

PAIVA, Raquel. Minorias flutuantes: novos aspectos da contra-hegemonia. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 2001, Campo Grande. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24.,

2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. Disponível em: < <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4969/1/NP13PAIVA.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2008.

RN ainda consome mais lenha do que outra fonte de energia. **Tribuna do Norte**, Natal, p. 3, 8 abr. 2007. (Caderno de Economia).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VIDAL, J. W. Bautista; VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **Dialética dos trópicos**: o pensamento colonizado da Cepal. Brasília: Instituto do Sol, 2002.

WMO; UNEP. **Climate change 2007**: the Physical Science Basis. Summary for Policymakers. Richard Alley et all. IPCC WGI Fourth Assessment Report. Disponível em: <IPCC-Sec@wmo.intWebsite:<http://www.ipcc.ch>>. Acesso em: 22 maio. 2007.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Prof. Dr. Antônio Cabral Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Integrante da Base de Pesquisa Política e Práxis da Educação
E-mail | cabraln@ufrnet.br

Prof. Ms. Francisco Dutra de Macedo Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação | UFRN
Integrante da Base de Pesquisa Política e Práxis da Educação
E-mail | fdutra@digizap.com.br

Recebido 15 maio 2008

Aceito 11 set. 2008